

## SUMÁRIO

**Doutrina**

**Alessandro Mendes Cardoso e Rafael Santiago Costa** - Cancelamento do registro especial das empresas fabricantes de cigarros: análise crítica do entendimento firmado no julgamento do Recurso Extraordinário nº 550.769

1. Considerações iniciais e delimitação do estudo. 2. Sanções políticas e posição consolidada no STF sobre o tema. 3. Análise do precedente firmado no RE nº 550.769 e delimitação de seu alcance. 4. Análise de caso concreto com clara afronta ao entendimento firmado no RE nº 550.769. 5. Conclusão.

7

**Bruno Fajersztajn e Paulo Coviello Filho** - "Transferência" de ágio por meio da chamada empresa-veículo. Reflexões sobre o tema à luz da lógica e da finalidade dos arts. 7º e 8º da Lei n. 9.532/1997

1. Introdução. 2. A exata compreensão dos arts. 7º e 8º da Lei n. 9.532. Seu contexto, lógica e finalidade. 3. A "transferência" do ágio à luz do espírito da norma em estudo. 4. A possibilidade de "transferência" do ágio por meio de empresa-veículo. 5. Conclusão.

25

**Leandro Eloy Sousa** - A não incidência de ITBI e ITCMD na cessão de direito de superfície para Fundos de Investimento Imobiliário (FII)

1. Do direito real de superfície. 2. Da compreensão da operação de cessão de direito de superfície para Fundos de Investimento Imobiliário (FII). 3. Da materialidade do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis) e a cessão do direito real de superfície. 4. Da materialidade do ITCMD (Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação) e a cessão do direito real de superfície. 5. Conclusão.

45

**Leonardo e Silva de Almendra Freitas** - As vedações legais à compensação de tributos federais e a contingente (ou permanente) falta de débitos legalmente compensáveis: uma questão de interpretação

1. Objeto. 2. Detalhamento do tema: as genéricas vedações legais à compensação de tributos administrados pela Receita Federal e as situações específicas em que elas podem até comprometer o próprio direito creditório do contribuinte. 3. Um (quase) falso problema: a compensação de ofício e o estímulo a uma inevitável "fraude à lei". 4. Enfoque infraconstitucional: inaplicabilidade *tout court* do art. 74, parágrafo 3º, III e IV, da Lei n. 9.430/1996 aos casos concretos sob exame. 5. Enfoque constitucional: desproporcionalidade em concreto do art. 74, parágrafo 3º, III e IV, da Lei n. 9.430/1996, em razão da excessiva desvantagem trazida para o contribuinte sem proporcionar vantagens à altura para o Poder Público. 6. A incipiente experiência jurisprudencial sobre o tema: "fuga" do cerne da questão e indevida censura pela (inocorrente) inobservância do *full bench*. 7. Notas conclusivas.

54

**Manuel Luís da Rocha Neto e Weber Busgaib Gonçalves** - A necessidade de lei estadual para instituir a cobrança do ICMS-Importação do não contribuinte do imposto após a edição da EC nº 33/2001

1. Introdução. 2. Breves comentários acerca da regra-matriz de incidência tributária do ICMS. 3. O ICMS-Importação antes da EC nº 33/2001. 4. O ICMS-Importação após a EC nº 33/2001. 5. Julgamento da matéria no Supremo Tribunal Federal. 6. Conclusão.

65

**Miguel Delgado Gutierrez** - O planejamento tributário e o *business purpose*

I - Introdução. II - Teoria do *business purpose*. III - Críticas à teoria do *business purpose*. IV - Conclusão.

75

**Rafael Augusto Silva Domingues** - IPTU e parcelamento do solo urbano - necessária leitura urbanística do direito de propriedade para a definição da hipótese de incidência tributária

82

**Renato Lopes Becho** - As formas de constituição do crédito tributário e seus efeitos

I - Introdução. II - A constituição do crédito tributário como redução jurídica tributária do acontecimento social. III - Diversas formas de apresentar a constituição do crédito tributário. IV - A constituição do crédito tributário no CTN e sua necessária superação. V - À guisa de conclusão.

93

- Sergio André Rocha* - Quem disse que a lei não tem palavras inúteis? Uma leitura do artigo 72 da Lei nº 12.973/2014 e da IN nº 1.492/2014  
 1. Introdução. 2. Antecedentes do artigo 72 da Lei nº 12.973/2014. 3. O artigo 72 da Lei nº 12.973/2014 e o novo artigo 28 da Instrução Normativa nº 1.397/2013. 4. A ilegalidade do artigo 28 da Instrução Normativa nº 1.397/2013. 5. Pelo prestígio do princípio da moralidade. 6. Conclusão: nasce um litígio. 101
- Wladimir Novaes Martinez* - Efeitos da ação judicial no processo administrativo fiscal  
 1. Distinções vernaculares necessárias. 2. Eficácia do procedimento administrativo. 3. ADI Cosit n. 3/1996. 4. Aspectos conceituais da renúncia. 5. Extinção sem julgamento do mérito. 6. Sobrestamento do feito. 7. Desdobramentos da renúncia. 8. Identidade do pedido. 9. Ações visando aspectos adjetivos. 10. Observância deste entendimento. 111
- Pareceres**
- Parecer da lavra de Olívia Carla Custódio do Amaral* (auditora-fiscal da RFB) - Processo administrativo fiscal e judicial concomitantes, com o mesmo objeto - prevalência do processo judicial 118
- Hugo de Brito Machado e Hugo de Brito Machado Segundo* - Imunidade tributária dos sindicatos. Condições. Remuneração de diretores. Irrelevância das regras estatutárias  
 Consulta. Parecer. 1. A imunidade tributária. 2. A imunidade tributária dos sindicatos. 3. A remuneração dos dirigentes sindicais. 4. Regras estatutárias, realidade e tributação. 5. As respostas. 135
- Ives Gandra da Silva Martins* - Sociedade em conta de participação constituída nos exatos termos dos artigos 981, 991 a 996 e 997, inciso V, do Código Civil com bens e serviços - desconsideração da forma pela SRFB - maculação dos artigos 109 e 110 do CTN  
 Consulta. Resposta. 145